

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	BREVE HISTÓRIA DA CODIFICAÇÃO: O SONHO DO DIREITO SEM LACUNAS	13
2.1	O DIREITO DA FAMÍLIA ROMANO-GERMÂNICA	13
2.2	A IDADE MÉDIA	18
2.3	A REDESCOBERTA DO <i>CORPUS IURIS CIVILIS</i>	19
2.3.1	<i>A Escola dos Glosadores</i>	19
2.3.2	<i>A Escola dos Pós-Glosadores ou Comentadores</i>	23
2.4	AS GRANDES CODIFICAÇÕES EUROPEIAS	26
2.4.1	<i>As Consolidações de Leis e os Códigos</i>	29
2.4.2	<i>O Código Civil francês</i>	32
2.4.3	<i>O Código Civil alemão e a célebre polêmica entre Savigny e Thibaut</i>	38
2.4.4	A codificação no Brasil	40
2.4.4.1	O Código Civil de 1916	40
2.4.4.2	O Código Civil de 2002	43
3	O CONCEITO DE COMPLETUDE E SISTEMATIZAÇÃO DO DIREITO CODIFICADO	47
3.1	A ESCOLA DA EXEGESE	51
3.2	A CRISE DAS CODIFICAÇÕES	53
3.3	A DESCODIFICAÇÃO E O DIREITO SETORIAL: LEIS ESPECIAIS	55
3.4	O DIREITO COMERCIAL COMO DIREITO SETORIAL DOS COMERCIANTES	58

4 O ORDENAMENTO JURÍDICO NA ERA DA MODERNIDADE	67
4.1 A COERÊNCIA DO ORDENAMENTO JURÍDICO	72
4.2 A COMPLETEDE DO ORDENAMENTO JURÍDICO POSITIVISTA DEFENDIDA PELO POSITIVISMO	74
4.3 A REVOLUÇÃO CULTURAL E TECNOLÓGICA COMO FATOR DE CRISE NA TEORIA DA COMPLETEDE DO SISTEMA POSITIVISTA	77
4.4 O DESENVOLVIMENTO DA BIOTECNOLOGIA HUMANA COMO FATOR DE CRISE NA TEORIA DO SISTEMA JURÍDICO POSITIVISTA.....	78
4.5 A INCOMPLETEDE DO SISTEMA JURÍDICO POSITIVO DA MODERNIDADE.....	83

5 O SISTEMA JURÍDICO NA PÓS-MODERNIDADE	89
5.1 O DIREITO E A ERA PÓS-MODERNA	89
5.2 A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA.....	92
5.3 SISTEMA ABERTO: PRINCÍPIOS E REGRAS	96
5.4 O USO DA PONDERAÇÃO NA INTERPRETAÇÃO E NA APLICAÇÃO DO DIREITO	98
5.5 O DIREITO RESPONSIVO DE NONET E SELZNICK	102
5.6 A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO PRIVADO.....	109
5.7 A LACUNA JURÍDICA ADVINDA COM AS NOVAS TÉCNICAS DE REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA NO SISTEMA ABERTO	112

6 PROPEDÊUTICA DE DIREITO EMPRESARIAL COMO PRÉ-REQUISITO PARA INTRODUÇÃO AO TEMA	119
6.1 NOTAS INTRODUTÓRIAS	119
6.2 DA EMPRESA	119
6.2.1 <i>Da empresa como atividade</i>	126
6.3 DO ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL	134
6.4 DO EMPRESÁRIO	139

7	A EMPRESARIALIDADE DA ATIVIDADE DE REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA.....	143
7.1	INTRODUÇÃO: A SAÚDE COMO DEVER DO ESTADO FACULTADO À INICIATIVA PRIVADA.....	143
7.2	A REPRODUÇÃO HUMANA COMO ATIVIDADE DA SAÚDE	145
	7.2.1 <i>A atividade do congelamento de embriões</i>	147
	7.2.2 <i>Os embriões em situação irregular e a Resolução do Conselho Federal de Medicina 1.957 de 2010</i>	157
7.3	A EMPRESA DE REPRODUÇÃO ASSISTIDA E SEU ESTABELECIMENTO	160
	7.3.1 <i>Os hospitais e clínicas no direito de empresa brasileiro.....</i>	167
	7.3.2 <i>As empresas de reprodução humana assistida sob os diversos regimes societários do Direito brasileiro</i>	169
	7.3.2.1 <i>Sob regime da sociedade limitada</i>	173
	7.3.2.2 <i>Sob o regime da sociedade anônima.....</i>	175
	7.3.2.3 <i>Sob outros regimes societários</i>	178

8	OS INFLUXOS DA BIOTECNOLOGIA HUMANA EM OUTROS RAMOS DO DIREITO	181
8.1	DIREITO CIVIL: A PARTE GERAL E A NATUREZA JURÍDICA DO EMBRIÃO CONGELADO	181
	8.1.1 <i>Introdução</i>	181
	8.1.2 <i>A personalidade civil no sistema jurídico brasileiro e no Direito Comparado.....</i>	183
	8.1.3 <i>A personalidade civil, a literatura e as ficções jurídicas.....</i>	204
	8.1.4 <i>A importância da fixação da natureza das coisas e dos seres</i>	206
	8.1.5 <i>A natureza jurídica do embrião congelado no direito brasileiro</i>	208
8.2	DIREITO DAS OBRIGAÇÕES	216
	8.2.1 <i>O contrato de reprodução humana assistida com o congelamento de embriões ou simplesmente contrato de reprodução assistida.....</i>	216
	8.2.2 <i>A responsabilidade civil das empresas de reprodução humana assistida.....</i>	220
8.3	DIREITO DE FAMÍLIA	225
	8.3.1 <i>A filiação e relações de parentesco</i>	225

8.3.2 <i>Da doação de embriões à adoção dos embriões criopreservados</i>	228
8.3.3 <i>O exercício do poder familiar dos embriões criopreservados</i>	232
8.4 O DIREITO DAS SUCESSÕES DOS EMBRIÕES CRIOPRESERVADOS.....	233
8.5 DIREITO PENAL.....	236
8.6 DIREITO CONSTITUCIONAL: NATUREZA JURÍDICA DO EMBRIÃO CONGELADO E INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO.....	238
8.6.1 <i>A personalidade civil, a natureza jurídica do embrião congelado, o art. 5º da Constituição Federal e o STF</i>	245

9 DA FALÊNCIA DAS EMPRESAS DE REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA	253
9.1 BREVE CONSIDERAÇÕES SOBRE O INSTITUTO DA FALÊNCIA.....	253
9.2 O ESCOPO DA FALÊNCIA.....	267
9.3 A DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA E OS EMBRIÕES CRIOPRESERVADOS.....	268
9.4 DA ARRECADAÇÃO DE BENS DO FALIDO, DA REALIZAÇÃO DO ATIVO E O TANQUE DE NITROGÊNIO LÍQUIDO CONTENDO EMBRIÕES CONGELADOS.....	272
9.5 O PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE BENS ARRECADADOS NA LEI FALIMENTAR.....	277
9.6 OS EFEITOS DA FALÊNCIA SOBRE OS CONTRATOS DE REPRODUÇÃO ASSISTIDA.....	279
9.6.1 <i>Breves considerações a respeito do conceito de contrato</i>	279
9.6.2 <i>Contratos coligados</i>	285
9.6.3 <i>O Contrato de reprodução assistida e congelamento de embriões: contratos coligados</i>	287
9.6.3.1 <i>O contrato de reprodução assistida considerado isoladamente</i>	288
9.6.3.2 <i>O contrato de congelamento de embriões considerado isoladamente</i>	289
9.6.4 <i>Sobre a faculdade de o administrador judicial dar cumprimento aos contratos do falido</i>	293

9.6.5 A bilateralidade do contrato de congelamento de embriões entendido isoladamente.....	296
9.6.6 A necessidade de o legislador regulamentar a matéria em relação aos contratos de congelamento de embriões.....	298

10 OS INSTITUTOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL DE EMPRESAS E A REPRODUÇÃO ASSISTIDA.....	301
---	------------

11 A LEI DE BIOSSEGURANÇA E A ADIN N. 3.510-0 PERANTE O STF.....	307
---	------------

12 A NECESSIDADE DA CRIAÇÃO DA FIGURA DO CURADOR DOS EMBRIÕES EM SITUAÇÃO IRREGULAR EM FACE DO DIREITO CONCURSAL.....	313
12.1 A CURATELA EM GERAL.....	313
12.2 O CURADOR DOS EMBRIÕES EM SITUAÇÃO IRREGULAR E SUA FUNÇÃO NO DIREITO CONCURSAL EM FACE DA EMPRESA DE REPRODUÇÃO ASSISTIDA.....	317

13 A INSOLVÊNCIA CIVIL.....	323
------------------------------------	------------

14 AGÊNCIAS REGULADORAS INDEPENDENTES E A INTERVENÇÃO DO ESTADO NAS ATIVIDADES DAS EMPRESAS DE REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA.....	327
14.1 OS CONTRATOS DE REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA SOB A ANÁLISE ECONÔMICA E A FUNÇÃO SOCIAL DO DIREITO.....	327
14.2 DA NECESSIDADE DE REGULAÇÃO DAS EMPRESAS DE FERTILIZAÇÃO HUMANA ASSISTIDA POR AGÊNCIA REGULADORA INDEPENDENTE ESPECIAL.....	332
14.3 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO.....	339

15 CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	343
-------------------------------------	------------

REFERÊNCIAS.....	357
-------------------------	------------